

Ata n.º 154/XIII/4.ª SL

Aos doze dias do mês de dezembro de 2018, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. Apreciação e votação do Parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República, a Brasília, na República Federativa do Brasil de 30 de dezembro de 2018 a 03 de janeiro de 2019.

3. Apreciação e votação do Relatório da Petição n.º 520/XIII/3.ª, da iniciativa de Filipe Nuno Ferreira Gouveia, que “Solicitam que Portugal assine e ratifique o Tratado de Proibição de Armas Nucleares”.

- Deputada Relatora: Lara Martinho (PS)

4. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

[Proposta de Resolução n.º 81/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo entre a República da Estónia e a República Portuguesa sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Tallinn, em 1 de junho de 2018

Deputado(a) autor(a) do parecer – PSD

[Proposta de Resolução n.º 82XIII/4ª](#) - Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Evitar a Dupla Tributação em Matéria

de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018

Deputado(a) autor(a) do parecer – PS

[Proposta de Resolução n.º 83/XIII/4ª](#) - Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado Luanda, em 18 de setembro de 2018.

Deputado(a) autor(a) do parecer – PS

[Proposta de Resolução n.º 84/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo de Revisão do Acordo sobre Serviços de Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa, em 30 de abril de 2010

Deputado(a) autor(a) do parecer – PCP

[Proposta de Resolução n.º 85/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o Estabelecimento Recíproco de Centros Culturais, assinado em Pequim, a 9 de outubro de 2016

Deputado(a) autor(a) do parecer – PSD

5. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela CAE

Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República Socialista do Vietname [COM\(2018\)691](#)

Deputado autor do relatório: BE

Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República Socialista do Vietname [COM\(2018\)692](#)

Deputado autor do relatório: CDS-PP

6. Aprovação de Atas

Ata n.º 149 de 29 de outubro de 2018
Ata n.º 150 de 05 de novembro de 2018
Ata n.º 151 de 20 de novembro de 2018
Ata n.º 152 de 28 de novembro de 2018
Ata n.º 153 de 04 de dezembro de 2018

7. Outros assuntos

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Pedro Filipe Soares**, que deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes, bem como a dois funcionários da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau que cumprem estágio de formação junto da assembleia da República.

Nada havendo a referir no **Ponto 1.** da OD, passou-se à abordagem do seu **Ponto 2.** Aqui, foi lido o projeto de Parecer da Comissão relativo à deslocação do Senhor Presidente da República, acima identificada. Não tendo suscitado quaisquer dúvidas, e uma vez submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentação do seu Relatório alusivo à Petição à margem referenciada, cujo texto pode ser consultado [aqui](#). Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:

José Cesário (PSD), para agradecer o trabalho realizado pela Deputada-relatora, anunciando que o seu Grupo Parlamentar iria remeter a sua opinião para sessão plenária.

Paula Santos (PCP), para referir tratar-se de uma matéria à qual o seu Grupo Parlamentar tem dedicado grande atenção e empenho. Afirmou, ainda, não partilhar da opinião que o Governo emitiu acerca desta matéria, embora tenha reconhecido que o Parlamento não possui competências constitucionais que o habilitem a agir no sentido pretendido pelos peticionários.

João Gonçalves Pereira (CDS/PP), para cumprimentar a Relatora pelo seu trabalho, anunciando que o seu Grupo Parlamentar iria remeter a sua opinião para sessão plenária.

Lara Martinho (PS), que agradeceu o interesse suscitado pelo seu trabalho, tendo agradecido todas as intervenções registadas.

Não se tendo verificado demais intervenções, foi o Relatório submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 4.**, procedeu-se à identificação e distribuição de um conjunto de iniciativas legislativas, tendo ficado indigitados para elaboração dos respetivos pareceres os Senhores Deputados:

Berta Cabral (PSD), Proposta de Resolução n.º 81/XIII/4.^a;

Paulo Pisco (PS), as Propostas de Resolução números 82/XIII/4.^a e 83/XIII/4.^a, atenta a temática e identidade subjetiva de ambas;

Rui Silva (PSD), Proposta de Resolução n.º 85/XIII/4.^a.

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou indicação posterior do Deputado que elaborará o parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 84/XIII/4.^a.

No **Ponto 5.**, as iniciativas europeias à margem identificadas, por tratarem de matérias objetiva e subjetivamente conexas, ficaram a cargo da Senhora Deputada Maria Manuel Rola, do BE.

No **Ponto 6.**, foram lidas as Atas supra identificadas, tendo as mesmas sido votadas em bloco e aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 7.**, deu-se conta de terem sido remetidos pela Mesa do Plenário à Comissão, para consensualização, os Votos números:

- 687/XIII/4.^a – Repúdio pelo confinamento e Isolamento de Migrantes na Dinamarca (BE);
- 690/XIII/4.^a – Saudação à Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência (BE);
- 692/XIII/4.^a - Saudação, Comemoração da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência (CDS-PP.)

▪ Preliminarmente, interveio o Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP)** para questionar sobre se estaria prevista a redação de um voto relacionado com o recente atentado de Estrasburgo.

Em resposta, informou o **Senhor Presidente** que, tanto quanto conhecia, o Gabinete de SE, o PAR, teria avocado a questão.

- Prossegui a reunião com a análise dos votos entrados na Comissão, para consensualização.

Relativamente ao Voto n.º: 687, referiu o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** ter sido contactado pelo Embaixador dinamarquês, no sentido de adiar a sua apresentação em Plenário, manifestando a sua disponibilidade para vir ao Parlamento explicar os contornos e finalidades da medida que está na origem do Voto. Entendendo o BE que o Parlamento, através de uma das suas Comissões, deveria ter uma palavra a dizer acerca desta matéria e dada a ausência no estrangeiro do Senhor Presidente da CNECP, resolveu centralizar na Comissão dos Assuntos Europeus (CAE). Politicamente, o BE aceita o adiamento da votação em Plenário do Voto por si apresentado até ao dia 21 de dezembro, dando tempo para ouvir o Embaixador do Reino da Dinamarca.

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, tendo referido ter estado presente hoje, de manhã cedo, na reunião promovida pela CAE acerca desta matéria, tendo ficado bastante preocupado com a abordagem ali havida, bastante desagradável. A questão da delimitação de competência entre Comissões é matéria complexa e geradora, por vezes, de certos atritos. Porém, e ao contrário do ali referido pela Senhora Presidente da CAE, não houve qualquer “usurpação de competências” por parte da CNECP nesta matéria. Bem pelo contrário, considera que a matéria é, por excelência, da competência material da Comissão de Negócios Estrangeiros, sendo esta a sede própria para ser tratada. Ao contrário daquilo que foi referido na mencionada reunião da CAE, não é verdadeira a afirmação de que este Voto tenha descido à referida Comissão, tal como o comprova o documento (que exibiu), oriundo da DAPLEN, comprovando que tal descida foi efetivamente processada, única e exclusivamente, para a CNECP. Manifestou, ainda, a disponibilidade do PS para ouvir o Embaixador da Dinamarca em Comissão, desde que por iniciativa do próprio, o qual, a manter-se, deve ser atendido. E nada impede que a CAE, querendo, possa associar-se a uma eventual audição. Em tudo o resto, cabe aos diferentes Grupos Parlamentares decidir o que fazer, no âmbito da sua autonomia política. Interveio o Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP)** para referir que a questão da delimitação de competências entre a CNECP e a CAE já se arrasta demasiado no tempo e tem de ser resolvida, não podendo a CNECP ver truncadas as suas competências. Entende que o Embaixador da Dinamarca deve ser ouvido, em data anterior a 21 de dezembro, conjuntamente com a CAE.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, tendo recordado que o procedimento dos votos tem por finalidade a consensualização de textos, sendo que o PSD não vislumbra margem para consenso nesta matéria, reservando a sua posição para a discussão em Plenário. Lateralmente, existe um pedido de audiência do Embaixador da Dinamarca, o qual, a verificar-se, dependerá em exclusivo da disponibilidade deste, dado que o estatuto diplomático que possui impede a sua convocação pelo Parlamento. Quanto à questão da competência para tal, entende tratar-se de matéria que não oferece discussão, cabendo à CNECP, atenta até a decisão do PAR acerca da questão.

Já sob a direção do Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, a sessão prosseguiu tendo este referido que o Embaixador da Dinamarca o contactou no estrangeiro, tendo desde logo sido manifestada disponibilidade para que viesse, por sua iniciativa, ao Parlamento, a quem comunicou que iria levar a questão à reunião da Comissão de dia 12 (hoje), de forma a que viesse a ser agendada audição, a qual, referiu, reforçaria politicamente uma eventual decisão de repúdio, caso venha a ser tomada. Ficou espantado com o desenvolvimento dos acontecimentos, sendo certo que, embora em deslocação ao estrangeiro, se manteve sempre em contacto com a Comissão, em Lisboa. A finalizar, lembrou que o procedimento da consensualização de votos foi impulsionada *ab initio*, única e exclusivamente pela CNECP, atentas as razões de fundo em tempo sobejamente explicadas e conhecidas. Concluiu solicitando aos Serviços que contactasse a Embaixada do Reino da Dinamarca, no sentido de aferir da disponibilidade e interesse do Senhor Embaixador para comparecer em audição, para a qual devem ser convidadas as Primeira e Quarta Comissões.

Relativamente aos Votos números 690 e 692, sugeriu o Senhor **Presidente** que os Serviços ultimassem uma proposta de síntese, a submeter aos proponentes e demais Grupos com assento na Comissão, tendo em vista a consensualização de uma iniciativa única.

- Neste Ponto da OD, interveio ainda o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para salientar a inexistência de documentação alusiva ao Pacto Global para a Imigração, recentemente ocorrido em Marraquexe, facto que impossibilita a promoção de um conveniente debate parlamentar acerca do tema.

Corroborando, interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, tendo lembrado que este processo terá ainda de passar pela Comissão de Negócio Estrangeiros, tendo em

vista a sua aprovação. Não obstante, importaria que antes de tal momento, fossem facultados pela tutela a melhor informação possível acerca deste processo, de forma a permitir um debate parlamentar onde todos os Grupos intervissem em pé de igualdade. Sugeriu que a Comissão formulasse tal pedido e, caso venha a ser conveniente, proceder aos contactos em vista da realização de uma audição parlamentar sobre a referida matéria.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para salientar dever a Comissão acompanhar de perto esta matéria. O facto de, segundo mencionou, não existir unanimidade entre todos os Partidos acerca desta questão, mais aconselha a tal acompanhamento, mesmo sabendo estar-se perante orientações que não são vinculativas. Não obstante, sublinhou a necessidade de solicitar junto da tutela toda a informação disponível acerca deste assunto.

Interveio o Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP)** para corroborar, na íntegra, as intervenções anteriormente registadas, reforçando a imprescindibilidade de recolher informações junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros acerca deste tema. Assim, resumiu o Senhor Presidente que a Comissão iria enviar pedido junto da tutela no sentido de obter toda a informação acerca deste Pacto Global, a qual, uma vez obtida, será difundida pelos diferentes Grupos Parlamentares, para efeitos de apreciação política.

Nada mais havendo a registar, a reunião foi declarada encerrada pelas 13 horas e dez minutos, sendo disponibilizado o registo áudio da reunião, [aqui](#).

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Joana Lima
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Lara Martinho
Odete João
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Jamila Madeira
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva

”

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 08 de janeiro de 2019.